

Fórum Nacional da Previdência Social

Cenários futuros, justiça social e sustentabilidade previdenciária.

Informativo
Ano I – Número 1 – Maio 2007

Previdência

Fórum discute como garantir seguro social às futuras gerações

O Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS) inicia nesta terça-feira (22/05) sua etapa decisiva: o debate de temas, que culminará com a elaboração das propostas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Criado em janeiro de 2007, pelo Presidente Lula, por meio do Decreto nº 6.019, e presidido e coordenado pelo Ministro Luiz Marinho, da Previdência Social (MPS), o Fórum é um espaço de diálogo tripartite, com a finalidade de coordenar e sistematizar as discussões que vão subsidiar mudanças no sistema previdenciário público. Participam do FNPS representantes dos trabalhadores ativos, de aposentados e pensionistas, dos empregadores e do governo federal.

Nessa nova fase, serão debatidos os temas que servirão de base para a elaboração de um conjunto de propostas conceituais. De acordo

com o ministro Luiz Marinho, a discussão tem como objetivo se chegar a uma proposta consensual, que tenha como prioridade de permitir ao sistema previdenciário a sustentabilidade no médio e longo prazo. “As principais propostas de mudanças na Previdência serão direcionadas às gerações futuras”, ressalta Marinho.

O principal desafio do FNPS é adaptar o sistema previdenciário às transformações da sociedade brasileira. “A partir da premissa de que o contrato implícito entre as gerações é o verdadeiro pilar para a sua sustentação, é preciso que se façam adequações à nova realidade”, explica o secretário de Políticas de Previdência Social e do FNPS, Helmut Schwarzer. Sem essa iniciativa, reforçam os especialistas, a Previdência estará impedida de cumprir seu papel, correndo o risco, inclusive, de perder a sustentabilidade no futuro e não corresponder aos anseios de justiça e equidade social.

Diagnóstico na primeira etapa do FNPS

O objetivo da primeira etapa do trabalho do Fórum, que começou em março, foi fazer um amplo diagnóstico da Previdência Social. Nesta etapa, foram apresentados, em cinco reuniões, estudos de especialistas de diversas origens e matizes de pensamento sobre os seguintes temas: Transformações Demográficas e Previdência; Mercado de Trabalho Brasileiro e Previdência; Previdência Rural; Mulher e

Previdência Social; Panorama das Reformas no Mundo, Experiência do Pacto de Toledo; Comparações Internacionais; Assistência Social, Previdência, Pobreza e Distribuição de Renda; Financiamento da Previdência Social e Projeções; Regimes Próprios do Funcionalismo Público; Modelos de Gestão da Previdência Social; Panorama da Previdência Social no Brasil com Diagnóstico de Auditoria do Governo.

Integrantes do Fórum

Governo Federal: Casa Civil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego, Planejamento, Fazenda, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Trabalhadores ativos e aposentados: Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral de Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Social Democracia Sindical (SDS).

Empregadores: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Observadores: Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (SINTAP/CUT), Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos da Força Sindical (SINASPI/FS), Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV).

População vive cada vez mais, dizem especialistas

Na primeira reunião, em 7 de março, os participantes do FNPS ouviram as conceituações sobre “Transformações Demográficas e Previdência” dos especialistas Juarez de Castro Oliveira, do IBGE; Ana Amélia Camarano de Mello Moreira, do IPEA; e Oswaldo Oliva Neto, da NAE/PR.

Para o gerente de Estudos e Análise Demográfica do IBGE, Juarez de Castro, o envelhecimento da população brasileira é irreversível. Segundo ele, a projeção para o período de 2030 a 2050 é que a população, com 80 anos, cresça 2,8% ao ano, contra crescimento médio de 0,9% ao ano do resto da população. O envelhecimento, aliado com a queda da fecundidade exige, conforme Castro, políticas de Estado, e não de Governo, que permitam a continuidade de atendimento pela Previdência Social, ante o comprometimento expressivo do sistema nesse cenário.

Na opinião de Ana Amélia, que também manifesta preocupação com a longevidade, somada ao fato de a

População Economicamente Ativa (PEA) estar encolhendo, outra fonte de desequilíbrio é que metade da PEA ativa está na informalidade. Ela sugere medidas, como a contribuição previdenciária sazonal para pessoas que trabalham com turismo, por exemplo, a adoção de idade mínima para aposentadoria e a instituição de aposentadoria parcial, entre outras.

“a projeção para o período de 2030 a 2050 é que a população, com 80 anos, cresce 2,8% ao ano, contra crescimento médio de 0,9% ao ano do resto da população”

Mais equilíbrio – O representante do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE), Oswaldo Oliva Neto, ao expor sobre “O Brasil 3 Tempos e a Previdência”, apresentou as contribuições que o NAE pode oferecer ao Fórum a partir de

consultas a vários segmentos da sociedade brasileira. O sistema previdenciário foi um dos temas estratégicos apontados pela população nessas pesquisas. Demonstrou que um dos anseios da sociedade é a possibilidade de que o Brasil consiga estruturar um sistema previdenciário financeiramente equilibrado, com regras equânimes para a iniciativa privada e o serviço público.

Fórum discute Mercado de Trabalho e Previdência

Na segunda reunião do Fórum, no dia 21 de março, foi abordado o tema “Mercado de Trabalho Brasileiro e Previdência, e Previdência Rural”. O professor do Departamento de Economia da PUC/RJ, José Márcio Camargo, defendeu a reforma da Previdência Social, tendo em vista a necessidade de financiamento do sistema.

Segundo Carmargo, o país gasta, *per capita*, 17 vezes mais com aposentadorias e pensões do que com a educação de crianças e jovens. Já Carlos Henrique Corseuil, técnico de planejamento do IPEA, afirmou que o mercado de trabalho determina a estrutura de empregos e rendimentos na economia, o que repercute na receita do sistema previdenciário. Corseuil, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apresentou informações sobre o atual ciclo de formalização do mercado de trabalho, ao longo do qual tem caído a desigualdade de renda e aumentado a escolaridade dos trabalhadores, o que seriam sinais favoráveis a uma melhor relação Previdência-Trabalho.

Para o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, apesar de o país ter passado por um grande crescimento econômico, principalmente na segunda metade do século passado, o Brasil teria estagnado nos últimos 25 anos, período durante o qual aumentou o endividamento do Estado, gerando um problema estrutural em termos de financiamento.

Já Guilherme Delgado, técnico de planejamento do IPEA, afirmou que o mercado de trabalho, a demografia e o sistema de financiamento público constituem três eixos para o planejamento da Previdência Social de longo prazo, pois têm conseqüências importantes sobre o plano de benefícios. Ao tomar como base o Censo Demográfico, ele informou que, em 1980, 55% da População Economicamente Ativa participavam da previdência, tanto pública como do INSS. Em 2000, essa proporção caiu para 40%. Segundo Delgado, a recuperação do mercado de trabalho em curso na atual década requer políticas de sustentação e permite antever um ciclo futuro de concessão de benefícios, para o qual o Fórum tem que discutir regras de sustentabilidade

Setor rural – Mauro Del Grossi, professor de Economia da UnB, que fez uma apresentação sobre previdência rural, disse que o setor rural é segmento de grande dinamismo e que os limites entre rural e urbano são crescentemente difusos. De um lado houve uma estabilidade da população residente na área rural, diminuindo o êxodo para o setor urbano. De outro lado, diversificou-se o conjunto de atividades localizadas no espaço rural, com avanços tecnológicos, novas ocupações e novos serviços. Estas são lições importantes a considerar quando analisando regras futuras para a previdência rural, ressaltou o especialista.

Terceira reunião debate experiências internacionais

Realizada no dia 10 de abril, a terceira reunião do FNPS teve como temas Mulher e Previdência Social; Panorama das Reformas no Mundo, Experiência do Pacto de Toledo; e Comparações Internacionais. As tendências entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com relação aos regimes previdenciários são aumentar o limite de idade para a aposentadoria, reduzir as diferenças de critérios para homens e mulheres terem acesso aos benefícios e considerar a expectativa de vida no cálculo dos benefícios, segundo Vinícius de Carvalho Pinheiro e Fábio Bertranou, representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Fórum.

Segundo Vinícius Pinheiro, dos 23 países da OCDE, 17 aumentaram o limite de idade e adotaram a convergência de idade entre homens e mulheres, e dez instituíram uma espécie de bônus para que os trabalhadores atrasem o pedido de aposentadoria. Ele ressaltou que, desses critérios, o Brasil já adotou a expectativa de vida no cálculo das aposentadorias, o que é feito por meio do fator previdenciário.

Bertranou, por sua vez, lembrou também que alguns países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Bolívia e México, seguiram o modelo previdenciário chileno, que privatizou parte do sistema e que, agora, quer voltar a ampliar a parte pública da Previdência.

Já o representante da Organização Internacional de Seguridade Social (OISS), Don Adolfo Jimenez, trouxe a experiência espanhola do Pacto de Toledo, de 1995, que promoveu consenso entre as forças sociais e políticas. Segundo ele, o Pacto propiciou a adoção de um modelo solidário, que considera a demografia e o mercado de trabalho, e reforçou o caráter contributivo do sistema previdenciário. A partir do Pacto de Toledo, a Previdência passou a ser objeto de política de Estado e não mais de Governo, como era anteriormente.

O pesquisador do IPEA Marcelo Abi-Ramia Caetano defendeu o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria. Para ele, o Brasil gasta como um país rico e ainda mantém uma demografia de país emergente. Caetano explicou que o Brasil tem um idoso para cada grupo de dez trabalhadores ativos, enquanto os países mais ricos têm três idosos para cada grupo de dez trabalhadores em idade economicamente ativa. Por sua vez, o Brasil gasta 12% do PIB com Previdência, enquanto os países mais ricos e com população mais idosa gastam em torno de 9%, e os países mais pobres e jovens gastam por volta de 5% do PIB.

Mulheres — A representante do movimento Articulação das Mulheres Brasileiras, Guacira César de Oliveira, disse que uma das principais preocupações hoje deve ser a inclusão das mulheres no sistema previdenciário, pois, dos 40 milhões de excluídos, 70% são mulheres. Muitas delas estão no mercado informal de trabalho e outras têm o acesso aos benefícios dificultado por serem donas de casa e não terem a cultura de contribuição como seguradas facultativas.

Para Simone Wajnman, da Universidade Federal de Minas Gerais, existem diferenciais de gênero, na sua maioria devido ao mercado de trabalho e à “dupla jornada” feminina, mas os diferenciais estão se reduzindo gradativamente. Duas perspectivas influenciam os debates: 1) Comparando homens e mulheres no mesmo grupo etário, mulheres são mais fragilizadas pelo mercado de trabalho e necessitam de proteção adicional; 2) Observando homens e mulheres ao longo do ciclo de vida, as mulheres vivem mais e, portanto, a aposentadoria antecipada seria um subsídio adicional. Simone apresentou também um gráfico que mostra que as decisões sobre diferenciar ou igualar homens e mulheres, na experiência internacional, tem sido mais uma decisão política do que técnica.

Palestrantes defendem novos parâmetros para a Previdência

No dia 24 de abril foram debatidos os temas Assistência Social, Previdência, Pobreza e Distribuição de Renda; Financiamento da Previdência Social e Projeções. O pesquisador Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), defendeu a modificação de uma série de parâmetros para a concessão de benefícios, entre os quais a adoção de uma idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, o aumento

do tempo de contribuição, o aumento da idade para a concessão da aposentadoria por idade, a limitação do valor das pensões por morte e a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo.

Já a professora Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendeu a adoção de um benefício universal para crianças, independente da faixa de renda. A professora ressalta que, hoje,

aproximadamente 24 milhões de crianças estão cadastradas no bolsa família, aproximadamente 7 milhões delas são beneficiadas com isenções fiscais conseguidas pelos pais no Imposto de Renda, e cerca de 26 milhões de crianças não são beneficiadas por um ou outro mecanismo.

Andras Uthoff, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), chamou a atenção para a baixa cobertura previdenciária

na América Latina e no Caribe: quatro em cada dez trabalhadores ocupados contribuem para a Previdência Social; apenas quatro em cada dez maiores de 70 anos recebem algum benefício; quatro em cada dez pessoas vivem em condições de pobreza. Segundo Uthoff, o modelo de proteção social baseado no trabalho não deu certo e não há evidência de que em curto ou médio prazo o trabalho possa ser o

mecanismo exclusivo de acesso à proteção social. Assim, é necessário um novo pacto social para a universalização da proteção social. Seria necessária a definição de níveis e fontes de financiamento (mecanismos de solidariedade).

A professora Aldaíza Sposati, da PUC/SP, defendeu a inscrição das isenções concedidas a entidades filantrópicas como receitas previdenciárias. Para

ela, a medida facilitaria à sociedade o acompanhamento e o controle das verbas. Ela ressaltou que essas isenções são concedidas para que as entidades prestem serviços públicos e, por isso, esses recursos são públicos. Ela criticou também a inscrição dos recursos pagos por benefícios assistenciais como integrantes do déficit da Previdência Social, pois são destinados a reduzir riscos e vulnerabilidades sociais.

A reforma é para garantir a Previdência do futuro

O ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, afirmou na quinta reunião do Fórum, no dia 10 de maio, que a reforma da Previdência em estudo tem como objetivo garantir o pagamento de benefícios para as próximas gerações, reforçando o que havia dito na reunião anterior. “As discussões do Fórum são para pensar o futuro e não para pensar hoje. O Fórum é para pensar a Previdência para daqui a 30, 40, 50 anos. A reforma se coloca para o horizonte do longo prazo. Essa é uma diretriz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, ressaltou o ministro.

Marinho explicou que a questão atual será equacionada com a transparência nas contas da Previdência, combatendo fraudes, melhorando o atendimento, oferecendo melhores condições para que servidores públicos prestem o serviço à sociedade de forma mais eficiente. Em relação ao aumento imediato da receita, o ministro frisou que a mudança recente na alíquota de contribuição para os contribuintes individuais, simplificada para 11%, tem o potencial de atrair para o sistema cerca de 18 milhões de pessoas.

Receita x despesas — O presidente da CUT, Arthur Henrique, criticou a visão segundo a qual as reformas previdenciárias devem mexer apenas nas despesas. Para ele, é necessário encarar, principalmente, as receitas. Uma das soluções apontadas é a inclusão previdenciária. Ele acha que a Previdência deveria passar a cobrar pelo faturamento das empresas e não pela folha de pagamentos dos empregados.

Já o representante do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência (Conaprev),

João Carlos Figueiredo, ressaltou que os regimes de previdência dos estados e municípios (100% dos estados e 39,8% dos municípios mantêm regimes próprios) têm R\$ 30 bilhões investidos no mercado financeiro. Segundo ele, um dos problemas do RGPS é que, no passado, o Estado arrecadou e os recursos não permaneceram no sistema, ou seja, não houve capitalização, “e os estados e municípios aprenderam com isso”, ressaltou.

O representante dos trabalhadores ativos no Banco de Previsão Social do Uruguai, Ariel Ferrari, um dos especialistas convidados pelo FNPS, afirmou que o modelo misto adotado por aquele país há 11 anos, de repartição e capitalização individual, não serviu para ampliar a cobertura previdenciária, pois os custos de administração dos fundos são elevados (as administradoras cobram 20% das contribuições) e os salários baixos não são compatíveis com a capitalização individual. Outro convidado, Vinicius de Carvalho Pinheiro, especialista da OIT, afirmou que o Brasil gasta hoje 4,8% do PIB com a previdência dos servidores públicos, enquanto os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) gastam, em média, 2% do PIB. Ele defende a unificação dos regimes previdenciários.

Representando a Universidade de Münster, na Alemanha, Heinz Dietrich Steinmeyer, apresentou a experiência europeia de participação de trabalhadores e empregadores na gestão dos sistemas previdenciários. Não há, segundo o professor, uma experiência que sirva de modelo irretocável, ou seja, é importante aperfeiçoar os mecanismos de transparência e co-gestão permanentemente dentro de cada experiência nacional.

Expediente

Órgão oficial do Fórum Nacional de Previdência Social
Presidente: Luiz Marinho, ministro da Previdência Social
Secretário: Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social
Redação e Edição: Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco F – Sala 829 – Ed. Sede
Brasília/DF – CEP 70.059.900 – (61) 3317 5109
www.previdencia.gov.br – acs@previdencia.gov.br

Ministério da
Previdência Social

